



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

Câmara Municipal

Ata n.º 24/2019

Data da Reunião ordinária

7 de novembro de 2019

Início

10:00 horas

Termo

10:22 horas

Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:

Presidente

Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira

Vereadores

Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Jorge Manuel Louro Pereira

Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo

Sónia Cristina Marques Varino

Responsável pela elaboração da Ata:

Nome

Ana Silvério

Categoria

Coordenadora Técnica

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 7 de novembro de 2019, com início pelas 10:00 horas, é a seguinte:-----

1. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

1.1 - Balancete - Para conhecimento-----

1.2 - Pagamentos - Para conhecimento-----

2. DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA-----

2.1 - Informação sobre a situação económica e financeira do 1.º semestre de 2019 do Município de Constância - Para conhecimento-----

3. DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS-----

3.1 - Projeto - Zêzere - Requalificação da frente ribeirinha - Para deliberação-----

4. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

5. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

Constância, 7 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,



(Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira)

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, achando-se igualmente presentes, a Senhora Vereadora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, o Senhor Vereador Jorge Manuel Louro Pereira, a Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e a Senhora Vereadora Sónia Cristina Marques Varino.-----

Esteve também presente na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica.-----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

Aprovação de atas: - Foram presentes as seguintes atas: Ata n.º 19/2018, de 30 de agosto de 2018; Ata n.º 21/2018, de 27 de setembro de 2018; Ata n.º 22/2018, de 11 de outubro de 2018; Ata n.º 5/2019, de 27 de fevereiro de 2019; Ata n.º 17/2019, de 14 de agosto de 2019; Ata n.º 18/2019, de 29 de agosto de 2019; Ata n.º 19/2019, de 12 de setembro de 2019; Ata n.º 23/2019, de 31 de outubro de 2019, cuja leitura foi dispensada, nos termos do número quatro do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, e consideradas conforme as minutas previamente elaboradas.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Intervenção do Senhor Presidente-----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que o concurso público para a requalificação da Escola Doutor José Godinho, em Montalvo para a Extensão de Saúde ficou deserto, uma vez que nenhuma empresa apresentou proposta, pelo que vão ter que lançar novo concurso com vista a levar a efeito essa obra.-----

Intervenção da Senhora Vereadora Sónia Cristina Marques Varino, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

A Senhora Vereadora começou por informar que tinha conhecimento que o Centro de Saúde de Santa Margarida estava sem enfermeira há cerca de um mês. Nesta altura do ano em que as pessoas de mais idade e grupos de risco recorriam aquele Centro de Saúde para serem vacinadas para prevenção da gripe, estava a ser uma situação problemática uma vez que têm que se deslocar ao centro de Saúde de Constância e algumas pessoas sem transporte próprio para o fazerem.-----

Este problema esta também a causar entupimento no Centro de Saúde de Constância. A Senhora Vereadora perguntou ao Senhor Presidente se existia alguma resolução ou algum encaminhamento no sentido de resolver aquela situação.-----

Relativamente à rega do campo de futebol Municipal para quando é que está previsto o término da obra. Uma vez que os trabalhos se iniciaram há dois meses e continua tudo da mesma maneira.-----

Ainda relativamente ao campo de futebol, deu conhecimento ao executivo que na zona da grande penalidade de uma das balizas existe um buraco que põe em perigo os utilizadores. A Senhora Vereadora julga que a responsabilidade de resolver aquele problema é da Câmara Municipal e questionou como é que estavam a pensar ou se já estavam a resolver aquele problema.-----

Intervenção do Senhor Presidente-----

O Senhor Presidente respondeu que relativamente à questão da enfermeira em Santa Margarida aquilo que lhe tinha sido transmitido pela Diretora do Agrupamento de Centros de Saúde é que aquela situação era provisória devido ao facto de a enfermeira que está afeta ao Centro de Saúde estar de baixa médica. Era uma situação transitória e que contava que a enfermeira regressasse quanto antes para que aquela situação voltasse à normalidade que sempre existiu.-----

Relativamente à rega do campo de futebol pensa que a empreitada em si estará praticamente concluída, faltando apenas o arranjo daquele espaço que é da responsabilidade da Câmara Municipal, que por administração direta irá ser feito.-----

Relativamente ao buraco existente no campo de futebol o executivo não tinha conhecimento do mesmo, irão verificar a situação e vão tentar resolver o problema com a máxima celeridade.-----

Intervenção da Senhora Vereadora Sónia Cristina Marques Varino, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

Sugeriu ao Senhor Presidente que diligenciasse junto de quem gere o Centro de Saúde, para que durante esse período de baixa da enfermeira, pudesse pelo menos uma vez por semana vir outro enfermeiro ao Centro de Saúde de Santa Margarida para que as pessoas desta freguesia tivessem mais fácil ou até acesso a estes serviços.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

1.1 - BALANCETE - PARA CONHECIMENTO - A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 6 de novembro de 2019, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: **Em cofre:**

€3.426,88 (três mil quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos);
Instituições de Crédito: €770.614,47 (setecentos e setenta mil seiscentos e catorze euros e quarenta e sete cêntimos); **Soma: €774.014,35** (setecentos e setenta e quatro mil catorze euros e trinta e cinco cêntimos); **Em Documentos: €12.806,38** (doze mil oitocentos e seis euros e trinta e oito cêntimos); **TOTAL: €786.847,73** (setecentos e oitenta e seis mil oitocentos e quarenta e sete euros e setenta e três cêntimos);
Discriminação do Saldo em Dinheiro – Receitas Próprias: €645.200,67 (seiscentos e quarenta e cinco mil duzentos euros e sessenta e sete cêntimos); **Operações de Tesouraria: €128.840,68** (cento e vinte e oito mil oitocentos e quarenta euros e sessenta e oito cêntimos).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

1.2 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO - Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período de 19/10/2019 a 01/11/2019, na importância global, de **€240.640,01** (duzentos e quarenta mil seiscentos e quarenta euros e um cêntimo).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

-----2. DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA-----

2.1 - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA - PARA CONHECIMENTO---

INFORMAÇÃO DA CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: “Nos termos do previsto no art. 77.º da Lei n.º 73/2015, de 3 de setembro, na sua redação atual, deve o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.-----

Neste sentido, coloca-se à consideração de V/ Exa. o relatório da auditoria incidente sobre o 1.º semestre de 2019, propondo que o mesmo seja encaminhado aos Órgãos para conhecimento.-----

Em conclusão refere o relatório que *“Face a estes valores, o Município de Constância, tendo em conta a especificidade da sua atividade, apresenta um desempenho económico negativo. De salientar o ligeiro aumento da dívida bruta e, a diminuição da dependência do Estado Central em termos de receitas efetivamente cobradas, (59,9% em 30/06/2019 contra 64,5% no período homólogo anterior).”*-----

Em traços gerais, informar que do relatório resulta a necessidade de controlar a despesa corrente (custos operacionais), com impacto negativo ao nível do resultado

operacional e, consequentemente, do resultado líquido do exercício, e reforçar a receita (proveitos operacionais).-----

Importa ainda relevar a seguinte observação efetuada no relatório:-----

“O município ainda utiliza de forma um pouco reduzida a conta 75 (trabalhos para a própria entidade) a qual visa registar no imobilizado as obras efetuadas por administração direta. A eventual existência de montantes por apurar e registar nesta conta pode prejudicar o desempenho económico do período por subavaliação dos proveitos no montante das obras e omissão das amortizações respetivas. De referir, ainda, que com a entrada em vigor do SNC-AP, onde se prevê o reforço da necessidade de utilização da contabilidade de gestão, será pertinente adotar procedimentos/medidas que visem, a melhoria/implementação de ambas as situações, uma vez que são parcialmente conexas.”-----

Para que seja possível reforçar a utilização da referida conta é fundamental que se garanta a planificação das obras desenvolvidas com os recursos do Município. Para além disso, todos os custos que ocorram relacionados devem identificar claramente a obra a que se destinam de a que no final da sua execução todos os custos sejam valorizados e associados à obra.-----

Em relação à contabilidade de gestão, é intenção a reestruturação desta área de trabalho já em 2020, caso seja possível em termos de recursos humanos a execução desta intenção, que se considera fundamental à gestão do Município.”-----

PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE: “Considerando que nos termos do previsto no art. 77.º da Lei n.º 73/2015, de 3 de setembro, na sua redação atualizada, deve o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;-----

Considerando a informação do Revisor Oficial de Contas relativa à situação económica e financeira do Município no 1.º semestre de 2019;-----

Considerando a informação com o registo n.º 19717 da Divisão Municipal Administrativa e Financeira;-----

Tenho a honra de propor que:-----

1. O Órgão Executivo tome conhecimento do teor da informação financeira reportada ao 1.º semestre de 2019;-----
2. O Órgão executivo delibere encaminhar a informação ao Órgão Deliberativo, igualmente para conhecimento.”-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou submeter à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----**3. DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS**-----

3.1 - PROJETO DE EXECUÇÃO "REQUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO E EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA NA MARGEM DO ZÊZERE"- PARA DELIBERAÇÃO-----

INFORMAÇÃO DO CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS: "INTRODUÇÃO-----

De acordo com a deliberação que ocorreu na reunião de Câmara der 16-8-2018, o anteprojeto foi aprovado nos termos da informação técnica prestada por esta divisão municipal que se encontra registada sob o n.º 16478 e datada de 13-08-2018. O projeto de execução entretanto apresentado e elaborado pelo gabinete projetista resultante da adjudicação de um procedimento de concurso público que acompanha a presente informação, vem no seguimento do anteprojeto já aprovado e apresenta as necessárias peças escritas e desenhadas das várias especialidades, designadamente arquitetura paisagística, estruturas metálicas e de betão armado, eletricidade e iluminação pública e tem como objetivo fundamental a requalificação do espaço público e do respetivo ambiente urbano que está inserido no atual POMTEZE, incluindo os equipamentos e infraestruturas que lhe estão associados.-----

DESCRIÇÃO GERAL DOS TRABALHOS A REALIZAR-----

1-Remoção dos pavimentos existentes e substituição por iguais, apenas nas zonas pedonais onde se encontram mais degradados em blocos de betão colorido a amarelo com as dimensões de 24x12x6 cm, ou equivalente;-----

2- Remoção do pavimento existente no acesso viário que faz a ligação da Av. das Forças ao estacionamento da margem esquerda do rio Zêzere, em frente à entrada do parque de merendas, em virtude deste ser o pavimento que se encontra mais degradado, devido ao elevado desgaste que apresenta, com deformações acentuadas pela passagem de cargas consideráveis de viaturas pesadas, sendo previsto a sua substituição por cubos de granito com as dimensões de 11x11 cm, depois de previamente reposta a base com 30 cm de espessura em tout-venant;-----

3-Execução de pavimentos em betuminoso na cor RAL 1034, em substituição dos pavimentos existentes, na área correspondente à rampa de acesso ao parque infantil;

4-Relocalização dos equipamentos do parque infantil existentes, com pavimento em betuminoso colorido com três cores, levando base em tout-venant e rega de impregnação, potenciando novas valências e uma nova dinâmica no espaço em causa, sendo o restante espaço executado com uma caixa de areia depois de previamente ser efetuada uma nova camada de fundação, base em tout-venant,

seguido de camada de brita, manta geotextil e caixa de areia fina com 60cm de espessura;-----

5-Capeamentos dos muros e muretes em lajes de betão com acabamento em granito beirão granalhado, em substituição da tijoleira cerâmica vermelha existente, que se encontra em alguns locais partida e em estado menos adequado;-----

6-Substituição de mobiliário urbano, designadamente bancos e mesas na zona do parque de merendas, bem como papeleiras e bebedouro no parque infantil;-----

7- Execução de guardas metálicas e corrimões em algumas escadarias e nas rampas de acesso pedonal;-----

8-Substituição de algumas árvores em mau estado e execução de sementeira de mistura para relvado na zona do atual campo de voleibol, incluindo execução da respetiva rede de rega com tubagem, ligações, acessórios, aspersores e sistema de automatização;-----

9-Substituição de todos os aparelhos de iluminação por novas armaduras com postes e lanternas de tecnologia LED, em virtude dos atuais aparelhos se encontrarem degradados com a pintura do revestimento em mau estado, permitindo com o recurso a este tipo de armaduras, uma redução do consumo energético e uma melhoria significativa na imagem urbana, sendo removidos os aparelhos existentes, substituição da aparelhagem dos quadros elétricos (QG e Q1), incluindo a remoção, quer dos olhos de boi embutidos nos muros, quer dos pimenteiros com duas dimensões;-----

10-Reparação dos rebocos dos muretes e/ou bancadas incluindo a respetiva pintura;--

11-Execução de estrutura de betão armado em muros de suporte e estrutura metálica de pilares, vigas e chapas de revestimento na rampa de acesso a executar desde a cota do estacionamento junto da margem do rio Zêzere até ao espaço do atual campo de voleibol;-----

INSTRUÇÃO DO PROJETO-----

O presente projeto de execução encontra-se na generalidade instruído com os elementos aplicáveis às obras em causa que se encontram identificados no artigo 7.º (projeto de execução), conjugados como o disposto no artigo 161º (Projeto de Execução) ambos do Anexo I (Instruções para a elaboração de projetos de obras) da Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho, que aprova as instruções para elaboração de projetos de obras.-----

Foram apresentados pelos técnicos responsáveis dos respetivos projetos, os termos de responsabilidade devidamente assinados por técnico habilitado para o efeito em função da respetiva especialidade e acompanhados pelas declarações das

associações profissionais respetivas e os correspondentes seguros de responsabilidade civil a ela associados.-----

De acordo com as peças escritas e desenhadas do presente projeto de execução, os pavimentos, revestimentos, estrutura metálica da rampa, iluminação e os diversos equipamentos do mobiliário urbano e demais infraestruturas projetadas, cumprem na generalidade os requisitos estabelecidos nos objetivos previstos inicialmente quando da adjudicação deste projeto, dando cumprimento na generalidade à legislação atualmente em vigor.-----

Foram devidamente assegurados no projeto de execução, os requisitos necessários para garantir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.-----

Foram assim observadas as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, designadamente, para além das constantes dos instrumentos de gestão territorial e da legislação específica aplicável, as do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição (RCD) resultantes das obras em causa (Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, e o estipulado pelos artigos 93.º e 94.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Constância), e demais normas técnicas de construção.-----

Foi igualmente apresentado o Plano de Segurança e Saúde na fase de projeto elaborado nos termos da legislação específica em vigor, bem como as cláusulas técnicas especiais, sendo que o programa de procedimento, incluindo Programa de Concurso e Caderno de Encargos nos termos do CCP em vigor, na sua atual redação, serão depois elaborados pelo serviço de aprovisionamento da DMAF em colaboração estreita com esta DMST, quando da abertura do procedimento de empreitada de obra pública.-----

CONSULTA A ENTIDADES EXTERNAS-----

Conforme já foi referido na anterior informação que sustentou a aprovação do anteprojeto, apesar da intervenção se situar em zona abrangida pelo domínio hídrico (APA) e área de REN (CCDRLVT), únicas entidades a consultar, nos termos da planta de ordenamento e de condicionantes do PDM em vigor, como se tratam apenas de obras de requalificação e de substituição de pavimentos, mobiliário urbano e infraestruturas já existentes há mais de 20 anos e no mesmo local, não se verifica necessidade de pedir pareceres exteriores a essas entidades.-----

Igualmente não é proposta a construção de quaisquer edificações, pelo que não se registam alterações ao nível das áreas de implantação e construção existentes, verificando-se ainda, que a área objeto de intervenção se situa fora da zona abrangida



pelo PPSV, não se revelando a intervenção proposta como uma sobrecarga incomportável para as infraestruturas já existentes.-----

Em função da localização e das características da intervenção, não foram assim consultadas quaisquer entidades externas, em conformidade com o procedimento previsto nos artigos 13.º e 13.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro (RJUE) na sua atual redação.-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS-----

A área total objeto da presente intervenção com cerca de 18.000 m², conforme identificam as respetivas peças escritas e desenhadas do presente projeto, com memória descritiva e justificativa, levantamento topográfico, implantação, planta geral, planta das zonas verdes, planta de pavimentos, pormenores construtivos e demais peças desenhadas, Medidas Cautelares, planta de equipamentos, incluindo ainda medições e orçamento, cujo investimento total é de **282.036,68 €** mais IVA à taxa legal em vigor.-----

De acordo com o conteúdo da presente informação, anexa-se um exemplar completo em papel do respetivo projeto, tendo como base as orientações contidas no respetivo caderno de encargos aprovado quando do procedimento de concurso público, dando cumprimento aos objetivos pretendidos com o mesmo.-----

Atendendo ao que foi exposto, muito embora se trate de uma obra isenta de licença ao abrigo da a) do n.º 1 do artigo 7º do Decreto-Lei N.º 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE) na sua atual redação, coloca-se à consideração do executivo camarário a aprovação do projeto de execução supracitado, de acordo com as considerações que se encontram devidamente identificadas nos parágrafos anteriores."-----

PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE:-----

Processo	Tipo de Pedido	Freguesia	Requerente	Localização	Tipo Pedido	Informação final da DMST
2018/300.30.001/2	Parecer Interno n.º 19803	Constância	Obra de Iniciativa Municipal	Constância	Projeto de Execução de Arquitetura Paisagística incluindo as respetivas especialidades	De acordo com o conteúdo da informação técnica prestada pela DMST, coloca-se à consideração do Executivo Camarário deliberar sobre a aprovação final do projeto de Execução de Arquitetura Paisagística e das correspondentes especialidades, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 7 do RJUE. 04-11-2019

Este ponto foi retirado.-----

-----4. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

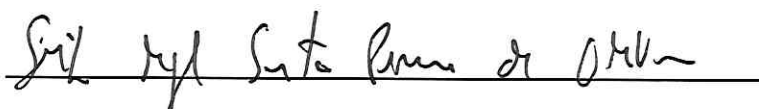
Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes.-----

-----5. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

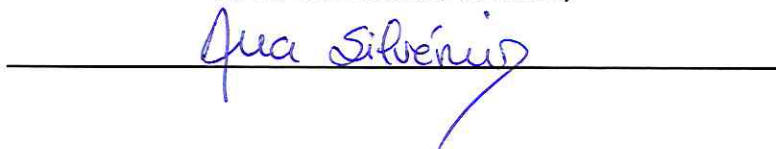
E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dez horas e vinte e dois minutos.-----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente e por mim Ana Silvério, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.-----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Coordenadora Técnica,





Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL
DO MUNÍCIPIO DE CONSTÂNCIA

1º Semestre 2019

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Índice

1. Introdução	3
2. Âmbito da ação fiscalizadora	3
3. Situação económica e financeira	3
3.1 Observações	3
3.2 Execução Orçamental	4
3.3 Execução GOP	5
3.4 Resultados	6
3.5 Situação patrimonial	8
3.6 Dívida Bruta Total	10
4. Conclusões e considerações finais	11
Anexos	12

[Handwritten signature in blue ink]

1. Introdução

Em conformidade com o disposto na alínea d), n.º 2, do art.º 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Nova Lei de Finanças Locais), apresentamos informação sobre a situação económica e financeira do **Município de Constância**, relativa ao 1º semestre/2019.

2. Âmbito da ação fiscalizadora

2.1. As ações de acompanhamento da atividade do Município, de fiscalização da gestão, bem como do cumprimento das normas legais e estatutárias, foram exercidas na qualidade de Revisor Oficial de Contas.

2.2. O exame a que procedemos foi planeado e executado com o objetivo de obter um nível de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Um exame simplificado proporciona, por conseguinte, menos segurança do que uma revisão/auditoria e, consequentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de revisão/auditoria.

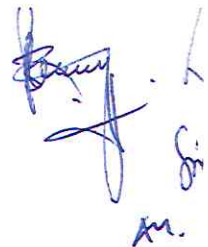
2.3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- Reuniões com os responsáveis pelos serviços e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela entidade.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade;
 - b) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos;
 - c) Conferência dos registos relativos ao imobilizado e outros valores patrimoniais do Município e análise do cálculo das respetivas amortizações e depreciações;
 - d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo, e
 - e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos.

3. Situação económica e financeira

3.1 Observações

De salientar que estes resultados intercalares têm um carácter provisório, face à existência de custos registados na parte final dos exercícios que respeitam a todo o ano, sendo difícil a sua previsão e especialização. No entanto o sistema de informação do município de Constância tem-se aperfeiçoado



gradualmente no sentido de obter resultados periódicos aderentes à realidade, sendo que atualmente as contas apresentam um elevado nível de especialização e aderência à realidade.

As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos do município.

Dado que a Demonstração de Resultados pretende medir o desempenho da entidade em termos comparativos, efetuou-se o comparativo entre este 1º semestre de 2019 e o do período homólogo (1º semestre de 2018). Na mesma lógica fizeram-se os comparativos da execução orçamental e das grandes opções do plano entre a execução do 1º semestre de 2019 e a execução do 1º semestre de 2018.

Ao nível do Balanço a comparação é feita entre o Balanço do Período, com o Balanço do último exercício aprovado (31/12/2018), pois as variações são as decorrentes do período em análise.

3.2 Execução Orçamental

A execução orçamental registada, pelo Município, no 1º semestre de 2019, apresenta os seguintes graus de realização:

Execução do orçamento - Junho 2019

Unid.: 1€

	[A]-Previsões / Dotações corrigidas	[B]-Comprometido	[C]-Realizada (Rec. cob. total / Desp. paga total)	Grau execução (%) C/A*100
Receita				
Corrente	5 295 222		2 426 139	45,82%
Capital	1 753 545		293 414	16,73%
Repos. não abat. nos pag.	4 980		4 246	85,26%
Total das receitas	7 053 747		2 723 799	38,61%
Despesas				
Corrente	5 474 766	4 550 010	2 354 445	43,01%
Capital	2 073 216	1 084 194	413 311	19,94%
Total das despesas	7 547 981	5 634 205	2 767 756	36,67%
Saldo	-494 234		-43 957	s.s.
Utilização saldo gerência anos anter.	494 234		494 234	100,00%
Saldo orçamental	0		450 277	s.s.

A taxa de execução da receita corrente orçamental foi, no semestre em análise, de 45,82% (45,78% no 1.º semestre de 2018), revelando uma estabilização, e que em termos anuais perspetiva uma execução de acordo com o previsto.

A taxa de realização da despesa corrente situa-se nos 43,01% (no semestre homólogo de 2018, foi de 46,20%).

A taxa de execução da despesa corrente apresenta-se em conformidade com a taxa de execução da receita corrente, situando-se um pouco acima da mesma, tendo registado um ligeiro decréscimo face ao 1.º semestre de 2018.



A receita de capital regista uma taxa de execução de 16,73% face ao previsto em termos anuais (32,57% no semestre homólogo do ano transato). Regista-se assim um desvio significativo face aos montantes anuais previstos (em 30/06/2019 seria expectável um valor próximo de 50%), além de se verificar, também, uma diminuição efetiva da taxa de execução. Esta redução é explicada, na sua quase totalidade, por não estar praticamente realizado qualquer montante de subsídios comunitários (apesar de estarem por receber/submeter pedidos de reembolso, de montantes significativos, estando previstos 1.142 milhares de euros, só foram ainda recebidos 16 milhares de euros), enquanto no período homólogo a taxa de execução era de 24,90%. (Vide mais detalhes no anexo IV - Execução Orçamental).

A realização da despesa de capital apresenta uma taxa de execução de 19,94%, situando-se assim abaixo da despesa de capital do período homólogo do ano anterior (24,69% no 1º semestre 2018) e, ainda, muito aquém dos 50% expectáveis. Considerando o volume de compromissos já assumidos para o exercício (1,08 milhões de euros), poder-se-á estimar um nível de execução abaixo do previsto em termos anuais.

Parte da despesa de capital está a ser suportada por receita corrente e/ou pela utilização do saldo de gerência anterior, o que está conforme o princípio de equilíbrio financeiro do orçamento, em que receita corrente pode suportar despesa de capital, mas o inverso não pode ser verificado (receita de capital a suportar despesa corrente).

No mapa anexo IV (Execução Orçamental), (páginas 16 a 18) apresenta-se informação mais detalhada sobre a execução do orçamento no 1º semestre.

De salientar a importância da evidência de prova, por parte todos dos beneficiários das Transferências Correntes e de Capital, da aplicação das mesmas nos fins e prazos previstos, assim como dos fornecimentos ao município de toda a documentação necessária aos processos de acompanhamento e que nos casos aplicáveis seja efetuado o respetivo acompanhamento do cumprimento, por parte das entidades apoiadas, do Código da Contratação Pública (CCP) pelas mesmas.

3.3 Execução GOP

No que se refere à execução das Grandes Opções do Plano, constituído pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR), constatou-se que o **Município** registou os seguintes graus de realização, tendo por base os valores previstos para o ano de 2019:

Execução das grandes opções do plano (PPI e AMR) - 1º Semestre 2019

Programas	Plano plurianual de investimentos			Actividades mais relevantes			Grandes opções plano (TOTAL)		
	Montante previsto 2019	Montante executado Semestre ¹		Montante previsto 2019	Montante executado Semestre ¹		Montante previsto 2019	Montante executado Semestre ¹	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	VALOR	%	Valor	Valor	%
Valorizar o investimento	1,00	0,00	0,00	11 530,00	0,00	0,00	11 531,00	0,00	0,00
Melhorar a qualidade de vida	128 714,10	11 406,61	0,00	670 843,11	237 753,30	35,44	799 557,21	249 159,91	31,16
Promover planeamento, gestão urbanística	701 657,09	128 976,64	18,38	55 326,69	3 073,46	5,56	756 983,78	132 050,10	17,44
Projetar Constância destino cultural turismo	142 769,31	15 329,63	0,00	353 667,53	176 645,42	49,95	496 436,84	191 975,05	38,67
Promover a proximidade ao cidadão	1 959,49	1 959,49	100,00	1 400,00	0,00	0,00	3 359,49	1 959,49	58,33
Estimular a valorização ambiental, floresta	531 413,88	11 670,92	0,00	546 179,59	229 172,99	41,96	1 077 593,47	240 843,91	22,35
Melhorar a qualidade dos serviços	101 647,02	37 848,92	0,00	4 300 871,53	1 913 918,92	0,00	4 402 518,55	1 951 767,84	0,00
TOTAIS	1 608 161,89	207 192,21	12,88	5 939 818,45	2 560 564,09	43,11	7 547 980,34	2 767 756,30	36,67

Nota 1 - Os montantes indicados no quadro só se referem aos valores do período em análise

Como é perceptível, em 2019 ocorreu a reformulação dos programas, o que, tratando-se um ano de transição, necessariamente prejudica a comparabilidade entre 2018 e 2019. Assim é necessário ter alguma ponderação nas análises efetuadas neste ponto.

As GOP apresentam, neste semestre, uma taxa de 36,67%, a qual ainda é relativamente baixa (no período homólogo do ano anterior havia registado 29,65%). O desempenho das GOP está, assim, aquém dos 50% que seriam expectáveis.

Em termos de evolução, as AMR estabilizaram, registando uma taxa de execução de 43,11% no 1.º semestre 2019 (43,15% no semestre homólogo). No entanto, o seu peso relativo nas GOP aumentou significativamente, tendo passado de 1,58 milhões de euros para 5,94 milhões de euros em 30/06/2019, o que compensou o facto da execução do PPI ter reduzido, passando de 20,98% para 12,88%, pois o seu peso relativo também diminuiu, passando de 2,46 milhões de euros em 30/06/2018 para 1,61 milhões de euros em 30/06/2019.

De referir, ainda, que em 2019 as GOP já refletem a totalidade do Orçamento previsto (7,55 milhões de euros). Na página 16 é possível consultar os montantes de 30/06/2018

3.4 Resultados

A análise da Demonstração de resultados do 1º semestre/2019 permite inferir de imediato, e como primeiras conclusões, um ligeiro aumento dos Proveitos operacionais (passaram de 2 620 milhares de euros no 1.º semestre de 2018, para 2 675 milhares de euros no semestre em análise, a que corresponde um acréscimo de 2,1%), o qual foi acompanhado por um acréscimo, proporcionalmente maior, dos Custos operacionais (os quais passaram de 2 983 milhares de euros, em 30/06/2018, para 3 143 milhares de euros neste semestre, o que representa um acréscimo de 5,4%). Conjugando ambos os acréscimos, verifica-se que o Resultado operacional registou o montante de 468 milhares de euros negativos no 1º semestre de 2019,

face ao montante de 362 milhares de euros negativos, no período homólogo anterior. Verificou-se, assim, uma deterioração nos resultados operacionais, os quais registaram um decréscimo, significativo, de 29,1%.

Considerando a evolução dos Proveitos e custos operacionais, conjugada com a evolução ligeiramente negativa, dos Resultados financeiros (passaram de 118 milhares de euros positivos no semestre transato, para 115 milhares de euros positivos no 1.º semestre de 2019, o que significa um decréscimo de 2,9%), e com a evolução, também negativa, dos Resultados extraordinários (registaram o montante de 181 milhares de euros positivos, enquanto no 1.º semestre de 2018, tinham registado o montante de 220 milhares de euros positivos), as contas do Município de Constância, referentes ao 1.º semestre de 2019, apresentam um Resultado líquido negativo de 172 milhares de euros, que compara com um resultado líquido negativo de 25 milhares de euros, no semestre homólogo do no transato. Verifica-se, assim, uma deterioração deste indicador, pois face ao semestre homólogo de 2018, o Resultado líquido registou uma diminuição, muito significativa, de 601,4%.

Analisando agora, em pormenor, a evolução das diferentes componentes da conta de Resultados, visando obter uma melhor compreensão da evolução dos resultados líquidos, é possível enfatizar as seguintes variações:

- Redução dos Impostos e taxas, em 24 mil euros, explicada, essencialmente, pela descida do Imposto sobre transmissões de imóveis (IMT), em 16 mil euros, e pela diminuição da estimativa do Imposto municipal sobre imóveis (IMI), em 7 mil euros;
- Aumento das Transferências de subsídios correntes obtidos, em 84 mil euros, explicado pela nova transferência do Orçamento de Estado de 2019, derivado do Artigo 35.º, n.º 3 da Lei das Finanças Locais, de cerca de 120 mil euros e que permitiu compensar a descida, e pequenos montantes, noutras receitas;
- Aumento do Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, em 24 mil euros, induzido pela maior compra/consumo de água para venda/distribuição;
- Diminuição dos Fornecimentos e serviços externos, em 42 mil euros, em que o somatório das descidas dos Transportes escolares (-16 mil euros), dos Honorários (-37 mil euros) e dos Outros fornecimentos e serviços (-112 mil euros) foi superior ao somatório das subidas em especial dos Trabalhos especializados (+115 mil euros);
- Aumento dos Custos com o pessoal, em 150 mil euros, tendo contribuído para tal, em especial, o aumento do número de funcionários (de 112 funcionários em 30/06/2018, passou para 129 funcionários em 30/06/2019) e o descongelamento das progressões das carreiras;
- Aumento das Amortizações do exercício, em 32 mil euros, por entrada em funcionamento de mais imobilizado;

- Redução dos Proveitos e ganhos extraordinários, em 52 mil euros, pois apesar do montante dos subsídios ao investimento ter subido 53 mil euros, as receitas referentes a anos anteriores, diminuíram em 111 mil euros.

Importa referir que, à data da preparação destas demonstrações financeiras, não estavam disponíveis os dados referentes ao 1º semestre de 2019, do Centro Ciência Viva, pelo que não foi possível a atualização do Método de Equivalência patrimonial (MEP).

Em termos de estrutura das despesas operacionais pagas (excluem-se as Amortizações e provisões), a despesa mais representativa continua a ser os Custos com pessoal, os quais representam 53,58% (49,38% em 30/06/2018) dos custos totais operacionais, enquanto os gastos com Fornecimentos e serviços externos, passaram para 36,89% (40,47% em 30/06/2018).

No semestre em análise, o VAB do Município foi de 1 464 milhares de euros (1 377 milhares de euros em 30/06/2018), registando, assim, um aumento de 6,2%. De referir que a independência financeira do Município, medida pelo rácio Receitas próprias/Receitas totais manteve-se estável, tendo passado de 38,7% no 1º semestre de 2018, para 39,0%, no 1º semestre de 2019.

O município ainda utiliza de forma um pouco reduzida a conta 75 (trabalhos para a própria entidade) a qual visa registar no imobilizado as obras efetuadas por administração direta. A eventual existência de montantes por apurar e registar nesta conta pode prejudicar o desempenho económico do período por subavaliação dos proveitos no montante das obras e omissão das amortizações respetivas. De referir, ainda, que com a entrada em vigor do SNC-AP, onde se prevê o reforço da necessidade de utilização da contabilidade de gestão, será pertinente adotar procedimentos/medidas que visem, a melhoria/implementação de ambas as situações, uma vez que são parcialmente conexas.

3.5 Situação patrimonial

O Ativo do Município de Constância apresenta o valor total de 30 855 milhares de euros (31 116 milhares de euros em 31/12/2018), em que o Ativo fixo (Imobilizado) continua a ser a componente mais importante, registando o montante de 28 755 milhares de euros, i.e. 93,2% do Ativo Total (29 129 milhares de euros em 31/12/2018, i. e. 93,6% do Ativo Total).

A ligeira redução do Ativo fixo resulta essencialmente do registo de novo imobilizado/obras em curso ter sido inferior à estimativa das amortizações do 1.º semestre de 2019.

No lado das Origens de fundos, o total dos Fundos patrimoniais é 20 404 milhares de euros (20 576 milhares de euros em 31/12/2018), representando 66,1% do total do Ativo (66,1% em 31/12/2018).

2
A. Sr.
J. m.

As principais alterações registadas nos Fundos Próprios, no 1.º semestre de 2018, referem-se a:

- Estimativa de resultados deste semestre: 172 milhares de euros negativos;
- Aplicação de resultados, por transferência para a rubrica de Resultados Transitados: 110 milhares de euros negativos (sem impacto no valor líquido da Rubrica de Fundos Próprios).

Na outra componente das Origens de fundos, o Passivo, merecem referência as Dívidas de terceiros a médio e longo prazo, as quais registam um decréscimo face a 31/12/2018. Em 30 de Junho apresentavam o montante de 1 174 milhares de euros, tendo registado uma diminuição de 198 milhares de euros. De referir que estão aqui incluídos, montantes a pagar no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM) num prazo superior a 12 meses.

A rubrica de Subsídios ao investimento registou uma descida de 176 mil euros referente ao facto de a quota parte reconhecida em proveitos do semestre ter sido superior aos novos montantes, entretanto rececionados.

Nas dívidas, de curto prazo, a rubrica de Fornecedores e outros credores aumentou 301 milhares de euros. De referir que este aumento se deve em boa parte às faturas datadas até 30/06/2019, em grande parte referentes a obras em curso, mas também fornecedores c/c, e cujo vencimento ainda não ocorreu. Nota para a tranche do 1º semestre do FAM, a qual ainda foi processada no final de junho, mas cujo registo/pagamento só ocorreu no dia 2/7/2019, tendo ficado de imediato regularizado.

Nos indicadores de funcionamento, há a referir o aumento do prazo médio de pagamentos, que está em 50 dias, enquanto no período homólogo anterior era de 54 dias (indicador calculado de forma diferente das entidades oficiais). Utilizamos o indicador calculado de acordo com a n/ metodologia, dado permitir uma melhor avaliação da evolução do prazo médio de pagamentos. Este indicador, calculado¹ de acordo com o despacho 9870/2009, do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, e reportados pelo SIIAL, apresenta, em 31/12/2018, o valor de 19 dias e, em 30/06/2019, o valor de 18 dias. De referir que a liquidez geral reduziu, de 116,6% em 31/12/2018 para 105,6%, a 30/06/2019.

Decorrente do processo de preparação para a introdução/adoção do SNC-AP a partir de 01/01/2020 (salvo indicação contrária, entretanto por parte das entidades oficiais), é possível que no 2º semestre de 2019 venham a ser registadas algumas reclassificações/regularizações com vista a um processo de transição mais fluído e com o menor número possível de anomalias.

¹ Vide ficha do Município do 2.º trimestre de 2019

2

3.6 Dívida Bruta Total

Recorde-se que a Lei das Finanças Locais ampliou, consideravelmente, o perímetro das entidades (detidas e participadas) que relevam através da sua contribuição para efeitos de determinação da Dívida Bruta Total do Município.

Efetuámos o recálculo dos valores da Dívida Bruta, dado que existem montantes ajustados nas demonstrações financeiras em anexo, pelo que o montante apresentado nos quadros abaixo não é diretamente comparável com os montantes reportados pelo Município às entidades oficiais.

Nos quadros seguintes ilustra-se a posição atual do Município em 30/06/2019:

Dívida bruta total

Unid.: 1€

	[A]-Limite para 2019	[B]-Dívida bruta município 30/06/19	[C]-Dívida bruta participadas 30/06/19	[D]=[A-B-C]=Margem absoluta	
				Valor	% = $[1-(D/A)] \times 100$
Dívida bruta (apurado de forma idêntica SIAL)	7 805 994	2 027 646	272 584	5 505 764	70,53%

Margem disponível

Unid.: 1€

Unid.: R\$				
	[A]-Margem bruta	[B]-Margem utilizável	Variação da margem utilizável	
			[C]-Variação	% = [1-(B/A)]x100
Margens apuradas de acordo com os critérios SIAL				
Margem em 01/01/2019	5 540 321	1 108 064	n.a.	n.a.
Margem em 30/06/2019 (Conforme SIAL)	5 505 764	1 073 507	-34 557	-3,12%

Como se pode verificar nos quadros acima, o Município de Constância, reduziu, ligeiramente, a margem bruta em 35 milhares de euros, (no início do período a margem era 1 108 mil euros, face a 1 074 mil euros em 30 de junho).

Importa, ainda, referir que não foram recebidos dados de todas as entidades participadas/associadas, apesar da insistência dos serviços do município.

As entidades que não reportaram a sua Dívida Bruta ao Município deverão continuar a ser alertadas para a necessidade de reportarem a sua Dívida Bruta, inclusive dos trimestres anteriores, e que o seu não cumprimento pode originar consequências.

Pelas razões antes indicadas, o apuramento da dívida bruta tem carácter provisório, quer derivado do facto de nem todas as entidades participadas terem respondido, quer dos dados reportados por algumas das entidades ainda serem provisórios.

4. Conclusões e considerações finais

Face a estes valores, o Município de Constância, tendo em conta a especificidade da sua atividade, apresenta um desempenho económico negativo. De salientar o ligeiro aumento da dívida bruta e, a diminuição da dependência do Estado Central em termos de receitas efetivamente cobradas, (59,9% em 30/06/2019 contra 64,5% no período homólogo anterior).

Entroncamento, 29 de outubro de 2019

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.


Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Anexos

[Handwritten mark]

Anexo I
BALANÇO SINTÉTICO
(Idêntico ao oficial)

Unid.:Euro

ANO: 2019

CÓD. CONTAS (POCAL)		31-12-2018		30-06-2019		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	ACTIVO						
45	Bens domínio público	7 530 633	24,2%	7 344 499	23,8%	-186 134	-2,5%
43	Imobilizações incorpóreas	34 220	0,1%	25 316	0,1%	-8 905	-26,0%
42	Imobilizações corpóreas	21 388 337	68,7%	21 204 493	68,7%	-183 844	-0,9%
41	Investimentos financeiros	176 088	0,6%	181 088	0,6%	5 000	2,8%
	Dívidas de terc. m/l prazo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	ACTIVO FIXO	29 129 279	93,6%	28 755 396	93,2%	-373 883	-1,3%
32-39	Existências	188 850	0,6%	180 268	0,6%	-8 582	-4,5%
	Dívidas de terc. c/ prazo					0	0,0%
21	-Clientes	49 818	0,2%	56 069	0,2%	6 251	12,5%
22+24+25+26+28	-O. div. de terc. c/p	91 478	0,3%	121 302	0,4%	29 824	32,6%
11+12+13+15+18+19	Disponibilidades	617 691	2,0%	606 378	2,0%	-11 313	-1,8%
271+272	Acréscimos e diferimentos	1 039 214	3,3%	1 135 756	3,7%	96 542	9,3%
	ACTIVO CIRCULANTE	1 987 051	6,4%	2 099 773	6,8%	112 722	5,7%
	TOTAL DO ACTIVO	31 116 329	100,0%	30 855 168	100,0%	-261 161	-0,8%
	FUNDOS PATRI. E PASSIVO						
51	Património	23 689 876	76,1%	23 689 876	76,8%	0	0,0%
55	Ajust. partes capital em emp.	1 366	0,0%	1 366	0,0%	0	0,0%
56-57	Reservas	1 101 103	3,5%	1 101 103	3,6%	0	0,0%
59	Result. transitados	-4 105 775	-13,2%	-4 216 263	-13,7%	-110 488	2,7%
88	Resultados líquidos	-110 488	-0,4%	-172 241	-0,6%	-61 753	55,9%
89	Dividendos antecipados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	TOTAL FUNDOS PATRIM.	20 576 082	66,1%	20 403 841	66,1%	-172 241	-0,8%
23+25+26	Dívidas a terc. m/l prazo	1 372 701	4,4%	1 539 934	5,0%	167 233	12,2%
	CAPITAIS PERMANENTES	21 948 783	70,5%	21 943 775	71,1%	-5 008	0,0%
29	Provisões p/ riscos e encargos	110 175	0,4%	110 175	0,4%	0	0,0%
	Dívidas a terc. c/p						
22	-Fornecedores	147 135	0,5%	283 137	0,9%	136 001	92,4%
21+23+24+25+26	-O.div. a terc. c/p	588 357	1,9%	388 081	1,3%	-200 276	-34,0%
273+274	Acréscimos e diferimentos	8 321 879	26,7%	8 130 000	26,3%	-191 879	-2,3%
	PASSIVO C/ PRAZO	9 167 547	29,5%	8 911 393	28,9%	-256 153	-2,8%
	FUNDOS PATRIM. + PASSIVO	31 116 329	100,0%	30 855 168	100,0%	-261 161	-0,8%

Anexo II
BALANÇO SINTÉTICO (2)
(Usado para cálculos e comparativos)

Unid.:Euro

ANO: 30-06-2019

CÓD. CONTAS (POCAL)		31-12-2018		30-06-2019		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	ACTIVO						
45	Bens domínio público	7 530 633	24,2%	7 344 499	23,8%	-186 134	-2,5%
43	Imobilizações incorpóreas	34 220	0,1%	25 316	0,1%	-8 905	-26,0%
42	Imobilizações corpóreas	21 388 337	68,7%	21 204 493	68,7%	-183 844	-0,9%
41	Investimentos financeiros	176 088	0,6%	181 088	0,6%	5 000	2,8%
	Dívidas de terc. m/l prazo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	ACTIVO FIXO	29 129 279	93,6%	28 755 396	93,2%	-373 883	-1,3%
32-39	Existências	188 850	0,6%	180 268	0,6%	-8 582	-4,5%
	Dívidas de terc. c/ prazo					0	0,0%
21	-Clientes	49 818	0,2%	56 069	0,2%	6 251	12,5%
22+24+25+26+28	-O. div. de terc. c/p	91 478	0,3%	121 302	0,4%	29 824	32,6%
11+12+13+15+18+19	Disponibilidades	617 691	2,0%	606 378	2,0%	-11 313	-1,8%
271+272	Acréscimos e diferimentos	1 039 214	3,3%	1 135 756	3,7%	96 542	9,3%
	ACTIVO CIRCULANTE	1 987 051	6,4%	2 099 773	6,8%	112 722	5,7%
	TOTAL DO ACTIVO	31 116 329	100,0%	30 855 168	100,0%	-261 161	-0,8%
	FUNDOS PATRI. E PASSIVO						
51	Patrimonio	23 689 876	76,1%	23 689 876	76,8%	0	0,0%
55	Ajust. partes capital em emp.	1 366	0,0%	1 366	0,0%	0	0,0%
56-57	Reservas	1 101 103	3,5%	1 101 103	3,6%	0	0,0%
59	Result. transitados	-4 105 775	-13,2%	-4 216 263	-13,7%	-110 488	2,7%
88	Resultados líquidos	-110 488	-0,4%	-172 241	-0,6%	-61 753	55,9%
	TOTAL FUNDOS PATRIM.	20 576 082	66,1%	20 403 841	66,1%	-172 241	-0,8%
23+25+26	Dívidas a terc. m/l prazo	1 372 701	4,4%	1 174 435	3,8%	-198 266	-14,4%
2745	Subs. Investimentos m/l prazo	7 464 014	24,0%	7 287 720	23,6%	-176 294	-2,4%
	CAPITAIS PERMANENTES	29 412 797	94,5%	28 865 996	93,6%	-546 800	-1,9%
22	-Fornecedores	147 135	0,5%	283 137	0,9%	136 001	92,4%
21+23+24+25+26	-O. div. a terc. c/p	698 533	2,2%	863 756	2,8%	165 223	23,7%
273+274	Acréscimos e diferimentos	857 865	2,8%	842 280	2,7%	-15 585	-1,8%
	PASSIVO C/ PRAZO	1 703 533	5,5%	1 989 172	6,4%	285 639	16,8%
	FUNDOS PATRIM. + PASSIVO	31 116 329	100,0%	30 855 168	100,0%	-261 161	-0,8%

NOTA - O Balanço acima ilustrado, em termos totais, é comparável com o "normal" do município, contudo internamente algumas componentes não o são na totalidade, pois consideram-se alguns pressupostos diferentes:

- Procedeu-se à transferência do saldo dos subsídios ao investimento para os Capitais Permanentes, deixando somente no passivo de curto prazo o valor respeitante a 12 meses. Uma vez que os valores registados em Subsídios ao Investimento não são dívida a pagar efetiva, este procedimento visa retirar o impacto destes no passivo de Curto Prazo, assim como tornar os rácios que envolvem os capitais permanentes mais fiéis à essência que envolve os subsídios ao investimento
- Procedeu-se ao registo no passivo de curto prazo do montante de capital a amortizar nos próximos 12 meses, dos empréstimos de médio/longo prazo que foram contratados/contraiídos pela entidade. Este procedimento efetua-se pois será este o montante que irá ser necessário suportar nos próximos 12 meses pela tesouraria em termos de pagamento (dívida de curto prazo). Tenha-se em atenção, contudo, que na essência os empréstimos continuam a considerar-se na totalidade como sendo de médio/longo prazo, e é assim que deverão continuar a ser reportados às entidades oficiais.
- Procedeu-se ao registo, no passivo de curto prazo do montante de capital a amortizar nos próximos 12 meses do FAM (Fundo de Apoio Municipal), e refletindo no passivo de médio/longo prazo o montante a pagar posteriormente, tal procedimento visa proporcionar uma melhor comparabilidade entre os dois períodos em análise.

[Handwritten signatures and initials]

Anexo III
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		Unid.:Euros					
COD	RÚBRICAS	30-06-2018		30-06-2019		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	VENDAS E PRES. SERVIÇO	318 213,79	12,1%	314 874,49	11,8%	-3 339,30	-1,0%
72	IMPOSTOS TAXAS E OUTROS	453 862,09	17,3%	429 892,49	16,1%	-23 969,60	-5,3%
75	TRAB. PRO. EMP.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
		0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	SUBTOTAL	772 075,88	29,5%	744 766,98	27,8%	-27 308,90	-3,5%
73	PROVEITOS SUPLEMENT.	3 289,40	0,1%	460,81	0,0%	-2 828,59	-86,0%
74	TRANS. SUB. COR. OBT.	1 845 091,00	70,4%	1 929 449,13	72,1%	84 358,13	4,6%
76	O. PROV. OPER.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
77	REVER. AMORT. AJUST.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	TOTAL PROV.OP.	2 620 456,28	100,0%	2 674 676,92	100,0%	54 220,64	2,1%
61	C.M.V.e M.C.	138 233,21	5,3%	161 954,45	6,1%	23 721,24	17,2%
	MARGEM BRUTA	633 842,67	24,2%	582 812,53	21,8%	-51 030,14	-8,1%
62	FORNEC.E SERV. EXT.	907 132,95	34,6%	865 442,44	32,4%	-41 690,51	-4,6%
63	TRANS. COR. CONC. PRES.	197 808,48	7,5%	183 420,46	6,9%	-14 388,02	-7,3%
64	CUSTOS C/ PESSOAL	1 107 000,29	42,2%	1 256 794,67	47,0%	149 794,38	13,5%
65	O. CUSTOS OPER.	29 755,24	1,1%	40 086,68	1,5%	10 331,44	34,7%
66	AMORT. AJUST. EXERC.	602 893,41	23,0%	634 919,25	23,7%	32 025,84	5,3%
67	PROVISÕES EXERC.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	TOTAL CUSTOS OP.	2 982 823,58	113,8%	3 142 617,95	117,5%	159 794,37	5,4%
	RESULTADOS OP.	-362 367,30	-13,8%	-467 941,03	-17,5%	-105 573,73	-29,1%
78	PROV E G. FINANC.	125 226,56	4,8%	125 235,93	4,7%	9,37	0,0%
68	CUSTOS E P. FINANC.	7 254,66	0,3%	10 707,62	0,4%	3 452,96	47,6%
	RESULT.FINANC.	117 971,90	4,5%	114 528,31	4,3%	-3 443,59	-2,9%
	RESULT.CORRENTES	-244 395,40	-9,3%	-353 412,72	-13,2%	-109 017,32	-44,6%
79	PROV. E G. EXT.	269 556,13	10,3%	217 661,31	8,1%	-51 894,82	-19,3%
69	CUSTOS E P. EXT.	49 716,95	1,9%	36 489,82	1,4%	-13 227,13	-26,6%
	RESULT.EXTRAORD.	219 839,18	8,4%	181 171,49	6,8%	-38 667,69	-17,6%
	RESULT.ANTES IMP.	-24 556,22	-0,9%	-172 241,23	-6,4%	-147 685,01	-601,4%
86	IMPOSTO S/ REND.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
88	RESULT LIQ EXERC	-24 556,22	-0,9%	-172 241,23	-6,4%	-147 685,01	-601,4%

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Anexo IV
Execução do orçamento - Junho 2018

Unid.: 1€

	[A]-Previsões / Dotações corrigidas	[B]-Comprometido	[C]-Realizada (Rec. cob. total / Desp. paga total)	Grau execução (%)
				C/A*100
Receita				
Corrente	5 254 435		2 405 622	45,78%
Capital	2 604 464		848 376	32,57%
Repos. não abat. nos pag.	4 980		2 760	55,41%
Total das receitas	7 863 879		3 256 758	41,41%
Despesas				
Corrente	5 096 177	4 155 145	2 354 581	46,20%
Capital	2 993 909	1 123 378	739 085	24,69%
Total das despesas	8 090 087	5 278 523	3 093 665	38,24%
Saldo	-226 208		163 093	s.s.
Utilização saldo gerência anos anter.	226 208		226 208	100,00%
Saldo orçamental	0		389 301	s.s.

Execução das grandes opções do plano (PPI e AMR) - 1º Semestre 2018

Programas	Plano plurianual de investimentos			Actividades mais relevantes			Grandes opções plano (TOTAL)		
	Montante previsto 2018	Montante executado Semestre ¹		Montante previsto 2018	Montante executado Semestre ¹		Montante previsto 2018	Montante executado Semestre ¹	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	VALOR	%	Valor	Valor	%
Serviços gerais de administração pública	146 040,00	55 601,88	38,07	29 649,00	13 702,50	46,22	175 689,00	69 304,38	39,45
Protecção civil e luta contra incêndios	0,00	0,00	0,00	35 212,00	15 159,29	43,05	35 212,00	15 159,29	43,05
Ensino não superior	496 005,00	323 762,65	65,27	127 849,74	17 092,33	13,37	623 854,74	340 854,98	54,64
Serviço auxiliares de ensino	0,00	0,00	0,00	297 671,00	147 837,61	49,66	297 671,00	147 837,61	49,66
Saúde	1,00	0,00	0,00	12 250,00	0,00	0,00	12 251,00	0,00	0,00
Ação social	0,00	0,00	0,00	9 572,00	0,00	0,00	9 572,00	0,00	0,00
Habituação e outros edifícios	20 000,00	8 000,00	40,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	8 000,00	40,00
Ordenamento do território	663 688,00	1 205,40	0,18	20 061,00	0,00	0,00	683 749,00	1 205,40	0,18
Saneamento	366 555,04	69 402,22	18,93	5 823,40	2 665,49	45,77	372 378,44	72 067,71	19,35
Abastecimento de água	15 170,93	5 237,47	34,52	184 356,00	79 157,05	42,94	199 526,93	84 394,52	42,30
Resíduos sólidos	0,00	0,00	0,00	216 359,00	80 114,15	37,03	216 359,00	80 114,15	37,03
Protecção meio ambiente e conservação	107 260,22	8 943,60	8,34	65 735,50	22 195,88	33,77	172 995,72	31 139,48	18,00
Cultura	9 007,00	0,00	0,00	335 182,84	232 117,75	69,25	344 189,84	232 117,75	67,44
Desporto, recreio e lazer	221 824,07	40 279,56	18,16	191 126,67	59 540,86	31,15	412 950,74	99 820,42	24,17
Indústria e energia	185 783,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185 783,00	0,00	0,00
Transportes rodoviários	221 101,25	3 160,34	1,43	17 643,00	4 366,09	24,75	238 744,25	7 526,43	3,15
Transportes fluviais	3 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 500,00	0,00	0,00
Turismo	1 678,94	0,00	0,00	27 909,61	6 672,56	0,00	29 588,55	6 672,56	22,55
Outras funções	0,00	0,00	0,00	1 069,00	0,00	0,00	1 069,00	0,00	0,00
TOTAIS	2 457 614,45	515 593,12	20,98	1 577 469,76	680 621,56	43,15	4 035 084,21	1 196 214,68	29,65

Nota 1 - Os montantes indicados no quadro só se referem aos valores do período em análise

[Handwritten signature]

Execução orçamental

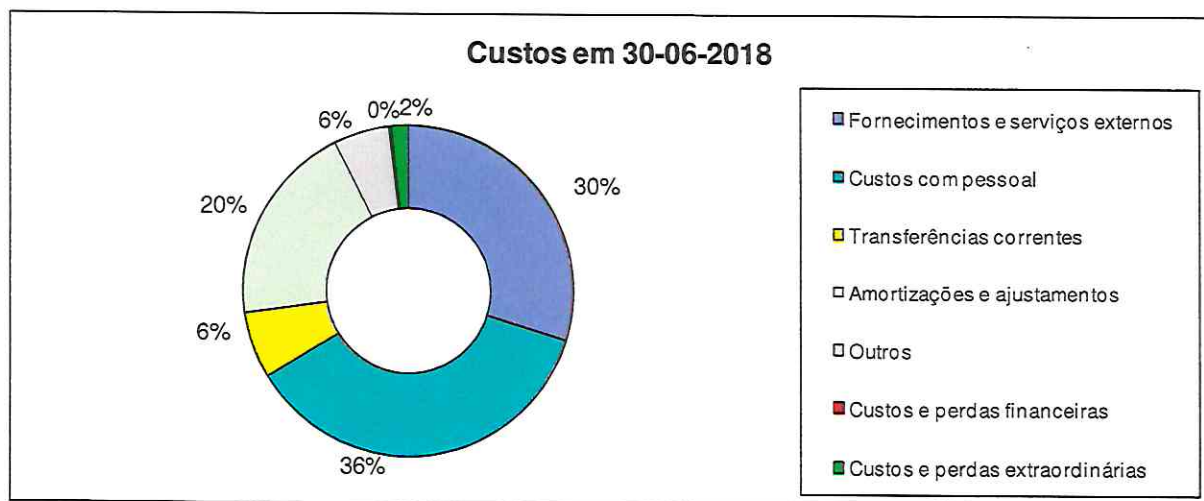
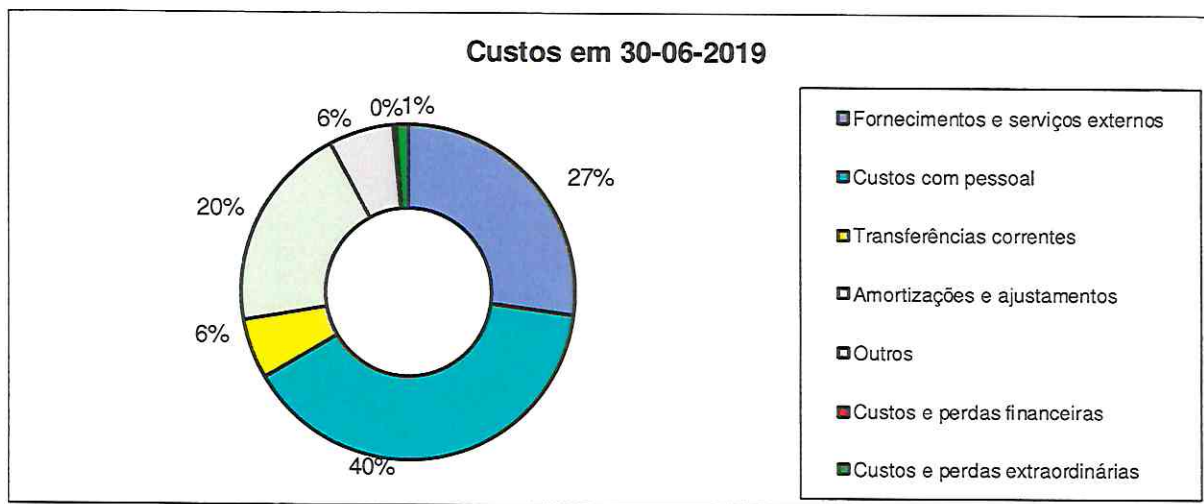
Junho 2019

	Previsão/Dotação corrigida (1)	Compromissos (2)	Cobrada total /Paga total (3)	Comp. por pagar (4)	Grau exec. [3/1]x100
Receitas correntes					
Imposto municipal sobre imóveis	344 437,75		185 989,88		54,00%
Imposto único de circulação	79 756,26		50 402,56		63,20%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	63 139,31		25 143,57		39,82%
Derrama	338 770,38		31 853,67		9,40%
Fundo de equilíbrio financeiro	2 797 921,00		1 375 644,00		49,17%
Fundo social municipal	102 898,00		51 444,00		50,00%
Participação fixa no IRS	150 927,00		75 462,00		50,00%
Venda de bens e serviços correntes	792 249,47		331 482,30		41,84%
Subsídios comunitários	155 852,00		0,00		0,00%
Rendimentos da propriedade	186 659,64		93 981,59		50,35%
Outras receitas correntes	282 610,89		204 735,42		72,44%
Total receitas correntes	5 295 221,70		2 426 138,99		45,82%
Despesas correntes					
Despesas com o pessoal	2 519 619,90	2 076 711,96	1 243 357,08	833 354,88	49,35%
Aquisição de bens e serviços	2 429 260,88	2 070 335,14	901 147,13	1 169 188,01	37,10%
Transferências correntes	420 741,37	307 221,58	166 552,02	140 669,56	39,59%
Juros e outros encargos	20 000,00	18 518,01	8 229,88	10 288,13	41,15%
Outras	85 143,54	77 223,75	35 159,25	42 064,50	41,29%
Total despesas correntes	5 474 765,69	4 550 010,44	2 354 445,36	2 195 565,08	43,01%
Saldo corrente	-179 543,99		71 693,63		
Receitas de capital					
Venda de bens de investimento	59 544,87		1 622,23		2,72%
Estado-Particip.com. proj. co-financiados	1 142 327,08		16 290,00		1,43%
Fundo de equilíbrio financeiro	310 880,00		155 436,00		50,00%
Nº 3 Art 75º LFL	240 138,00		120 066,00		50,00%
Outras	655,48		0,00		0,00%
Total receitas capital	1 753 545,43		293 414,23		16,73%
Despesas capital					
Aquisição de bens de capital					
Investimentos	1 608 161,89	666 302,20	207 192,21	459 109,99	12,88%
Transferências de Capital	42 522,76	15 657,26	13 157,64	2 499,62	30,94%
Passivos financeiros	399 255,00	378 964,62	187 961,09	191 003,53	47,08%
Outras despesas de capital	23 276,00	23 270,00	5 000,00	18 270,00	21,48%
Total despesas capital	2 073 215,65	1 084 194,08	413 310,94	670 883,14	19,94%
Saldo capital	-319 670,22		-119 896,71		
Reposições não abatidas nos pagamentos	4 980,00		4 245,83		85,26%
Saldo da gerência anterior	494 234,21		494 234,21		100,00%
Saldo execução orçamental	0,00		450 276,96		

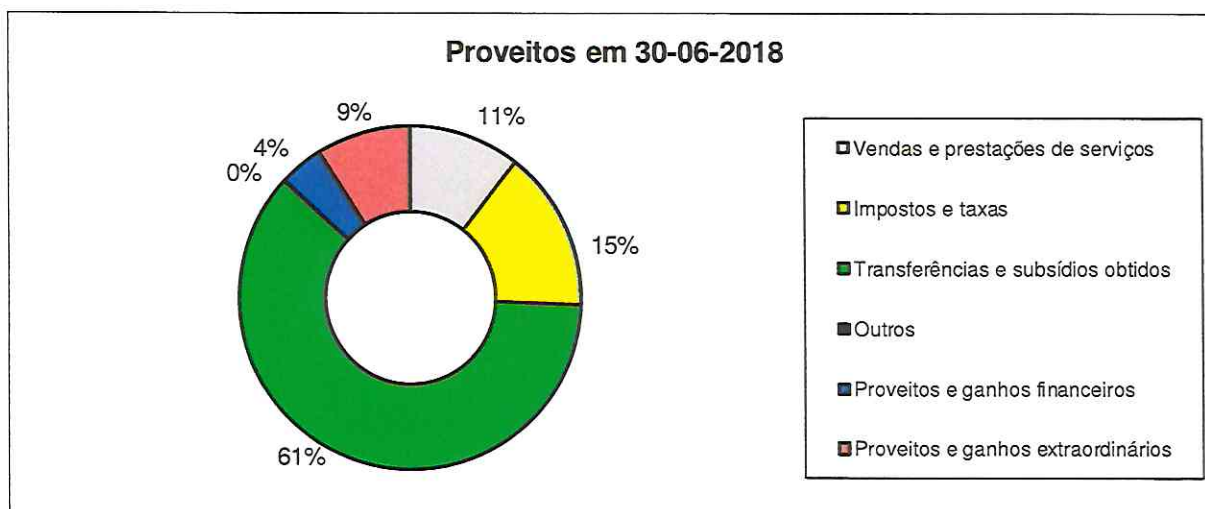
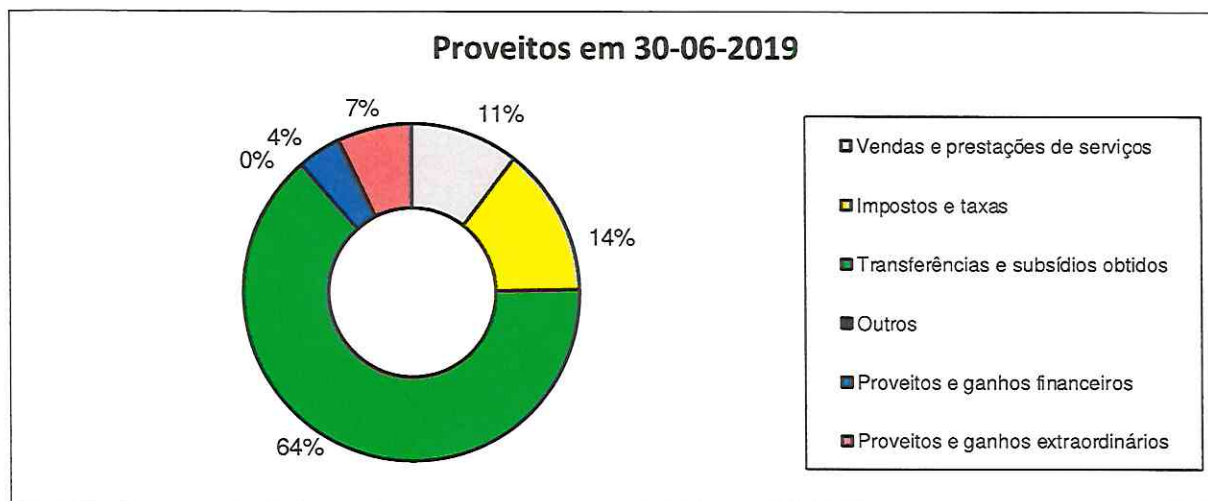
Execução orçamental
Junho 2018

	Previsão/Dotação corrigida (1)	Compromissos (2)	Cobrada total /Paga total (3)	Comp. por pagar (4)	Grau exec. [3/1]x100]
Receitas correntes					
Imposto municipal sobre imóveis	359 034,63		205 580,58		57,26%
Imposto único de circulação	79 104,26		45 857,73		57,97%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	109 365,27		37 515,61		34,30%
Derrama	349 933,35		1 064,43		0,30%
Fundo de equilíbrio financeiro	2 837 860,00		1 441 593,00		50,80%
Fundo social municipal	102 898,00		51 444,00		50,00%
Participação fixa no IRS	149 115,00		74 556,00		50,00%
Venda de bens e serviços correntes	818 816,14		353 118,36		43,13%
Rendimentos da propriedade	185 426,44		49 282,10		26,58%
Outras receitas correntes	262 881,89		145 610,61		55,39%
Total receitas correntes	5 254 434,98		2 405 622,42		45,78%
Despesas correntes					
Despesas com o pessoal	2 202 352,78	2 048 073,64	1 073 987,28	974 086,36	48,77%
Aquisição de bens e serviços	2 311 534,34	1 682 152,11	1 048 643,35	633 508,76	45,37%
Transferências correntes	468 606,74	336 751,43	193 155,39	143 596,04	41,22%
Juros e outros encargos	30 000,00	21 880,79	7 604,02	14 276,77	25,35%
Outras	83 683,28	66 286,89	31 190,64	35 096,25	37,27%
Total despesas correntes	5 096 177,14	4 155 144,86	2 354 580,68	1 800 564,18	46,20%
Saldo corrente	158 257,84		51 041,74		
Receitas de capital					
Venda de bens de investimento	62 501,69		29 100,00		46,56%
Estado-Particip.com. proj. co-financiados	1 797 003,01		447 415,35		24,90%
Fundo de equilíbrio financeiro	315 315,00		157 656,00		50,00%
Passivos financeiros	424 558,00		214 205,11		50,45%
Outras	5 086,39		0,00		0,00%
Total receitas capital	2 604 464,09		848 376,46		32,57%
Despesas capital					
Aquisição de bens de capital					
Investimentos	2 455 942,51	687 926,07	515 593,12	172 332,95	20,99%
Bens de domínio público	1 671,94	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	454 000,00	399 007,83	206 356,70	192 651,13	45,45%
Outras despesas de capital	82 295,00	36 443,89	17 134,73	19 309,16	20,82%
Total despesas capital	2 993 909,45	1 123 377,79	739 084,55	384 293,24	24,69%
Saldo capital	-389 445,36		109 291,91		
Reposições não abatidas nos pagamentos	4 980,00		2 759,61		55,41%
Saldo da gerência anterior	226 207,52		226 207,52		100,00%
Saldo execução orçamental	0,00		389 300,78		

Anexo V



Anexo VI



Anexo VII

Indicadores	31-12-2018	30-06-2019
Financeiros		
1.1.Fundo de maneo	283 518,23 €	110 600,61 €
1.2.Liquidez geral	1,166	1,056
1.3.Capacidade de endividamento (a)	0,700	0,707
1.4.Solvabilidade	1,952	1,952
Económicos		
2.1.Rentab. activo total	-0,30%	-1,05%
2.2.Rentab. cap. próprios	-0,54%	-1,69%
Funcionamento		
3.1.Prazo médio recebimentos	27,57	32,50
3.2.Prazo médio pagamentos (b)	28,02	50,29

Indicadores	30-06-2018	30-06-2019
Outros		
4.1.VAB	1 377 281,64 €	1 463 859,57 €
4.2.Produtividade trabalho	12 297,16 €	11 347,75 €
4.3.Produtividade equipam.	6,44%	6,90%
4.4.Autofinanciamento bruto	578 337,19 €	462 678,02 €
4.5.Meios libertos totais	585 591,85 €	473 385,64 €

(a) - Os valores indicados são meramente indicativos, pois trata-se apenas de um rácio, e não do limite legal de endividamento do município.

(b) - Os valores indicados foram calculados de forma diferente da utilizada pela DGAL, pelo que não são comparáveis os valores obtidos pela mesma entidade.